



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezoito de outubro de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Logo após, o Senhor Secretário determinou a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze. Em votação, foi aprovada. O Plenário acatou sugestão do Senhor Secretário e adiou a leitura de atas. Em seguida, o Senhor Secretário proferiu leitura de correspondência do Senhor Adão de Pádua que solicita ao Senhor Presidente e vereadores que aprovelem o envio de ofício ao Secretário de Cultura para que seja colocado na Biblioteca Pública quadro de honra dos abnegados comerciantes, industriais e amigos de Nova Lima que contribuíram financeiramente para a fundação da mesma. O Senhor Secretário parabenizou o Dr. Adão de Pádua pela iniciativa da campanha pró-biblioteca e informou que teve o cuidado de ligar para o Secretário Leci Campos. Disse que, como ele e o vereador Ailton pertencem à bancada do PSL, da qual o secretário também faz parte, se colocaram à disposição para tratar do assunto com a Mesa Diretora e demais vereadores. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.176/2011, autoria do vereador Ailton Soares Amaral, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Rita Almeida Duarte. Encaminhado à



Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação requerimento de autoria do vereador José Guedes: “Requer seja feita uma homenagem durante a reunião ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima destinada à Senhora Isaltina Tomásia Cruz, pelos relevantes serviços prestados a nossa cidade de Nova Lima e principalmente às crianças que freqüentaram e freqüentam a Creche Menino Jesus ao longo dos anos”. Aprovado, 09 votos. O vereador Luciano Vitor Gomes relatou que após a entrada da Travessa Machado de Assis há um afundamento que o preocupa muito. Salientou que é bom seja logo corrigido porque vem a época de chuva e pode acontecer um mal pior. Disse que é de seu costume sempre realizar estas solicitações, via ofício, diretamente à secretaria, mas o faz por meio de requerimento porque não foi atendido e não é a primeira vez que solicita providências. Esclareceu que o requerimento é para reforçar o pedido que, agora, passa a ser de todo o Legislativo. Aprovado, 09 votos. O vereador José Guedes relatou que há afundamento e irregularidades no calçamento na Rua Santa Bárbara, Bairro Vila Operária. Solicitou que a prefeitura tome providências antes que aquele afundamento grande e antigo cause transtornos nas residências próximas. Aprovado, 09 votos. No Grande Expediente, o Senhor Presidente passou a presidência ao vice e lembrou que falou, mas irá repetir para que o Executivo não diga que não foi avisado. Relatou que em dezembro chega à Casa um monte de impostos para votarem correndo, com pareceres conjuntos e os vereadores não gostam porque preferem tratar as proposições com tranqüilidade, visto que são taxas e impostos em cima do novalimense. Solicitou ao líder do prefeito que leve a recomendação para que não façam como em outros anos e mandem os projetos até o final de novembro. Ressaltou que a



Casa precisa arrumar um mecanismo de anistia para Nova Lima porque é muita gente pobre com dificuldade para pagar IPTU e legalizar seu imóvel. O vereador Cássio Magnani Júnior disse que acredita que os outros vereadores estão sendo procurados como ele pelo pequeno empreendedor e profissional liberal. Contou que um artesão o procurou porque a mãe dele o havia cadastrado como artesão em 1994; depois ele se empregou, se esqueceu disso e a prefeitura está cobrando em torno de oito mil reais de impostos e taxas, de 94 até agora. Falou que estão enviando cobranças para diversas pessoas e até a parte prescrita é cobrada como renúncia de receita. Afirmou que é uma grande maldade com a população de Nova Lima. Relatou que conversou com a procuradoria, os procuradores da prefeitura não concordam, acham que é um absurdo, quer dizer, é o setor de fazenda que está impulsionado esta política fiscal maldosa e injusta com o nova-limense e, enquanto isso, vêm negociação de impostos com Vale, AngloGold, de quem deviam cobrar. Registrou que encontram, a maioria das vezes, uma grande atenção em negociações e o pobre coitado que tenta erguer a vida com seu pequeno negócio e atividade individual é cobrado com dívida ativa, recebendo a execução fiscal em casa. O vereador Renato Faria Silva falou da dificuldade de se vender e comprar imóveis na cidade por falta do 'habite-se'. Informou que por várias vezes foi à prefeitura, pediu que mandassem um projeto para Câmara e ainda não enviaram. Salientou que é extremamente preocupante a execução fiscal do sujeito que há dez anos tentou abrir uma pequena empresa, quebrou, não teve dinheiro para dar baixa e, hoje, a prefeitura cobra dele três, quatro mil reais. Citou como exemplo o caso do artesão Chico Lois, o que considera um absurdo e uma aberração. Registrou que isto é uma sede fiscal irresponsável porque se o geo-processamento tão propalado pela



administração tivesse sido concluído, a prefeitura de Nova Lima estaria arrecadando, no mínimo, cinco vezes mais impostos com empresários sonegadores. Afirmou que a preocupação do Senhor Presidente deve ser a de todos na Câmara porque esta situação é insustentável. O vereador Nélio Aurélio de Souza falou que aprovar casa de pessoas humildes, em qualquer lugar, normalmente, é a coisa mais difícil, uma grande desumanidade com o pobre de Nova Lima. Disse que os vereadores devem conversar e debater com o prefeito para fazer uma anistia que beneficie o povo, principalmente de taxas, por isso pede que os projetos venham em novembro. Indagou o que acontecerá no dia em que baterem o pé e falarem que não vão votar nada. Afirmou que este ano quer ver todos os vereadores votarem as taxas com consciência e muita tranquilidade em novembro. Registrou que se as proposições chegarem à Câmara no dia dez ou doze de dezembro, não fará força para votar, pois todo ano é uma luta apreciar projetos na correria. O vereador José Raimundo Martins afirmou que chegou a hora de a Câmara fazer um documento assinado por todos os vereadores para que a prefeitura apenas cumpra a lei; não faça favor, mas não cobre o que não é devido. Indagou se, com uma arrecadação de trezentos e sessenta milhões, o prefeito que vem desempenhando tão bem o seu papel vai dar aumento de imposto às vésperas de uma eleição. O vereador Nélio Aurélio de Souza relatou que a Construtora Alfa tem mais de cinco mil lotes inadimplentes com o município, há mais de vinte anos não pagam e não tem uma execução fiscal deles. Disse que os imóveis já deveriam ter ido a leilão há muito tempo, inclusive a construtora está travando o desenvolvimento da região na beira da BR 040 e, lamentavelmente, inúmeras pessoas do Morro do Papagaio, Favela da Ventosa e outros



lugares estão invadindo o local. Esclareceu que não está dizendo que estas pessoas não têm direito, mas não é dessa forma que os espaços são ocupados e sim com dignidade.

O vereador Cássio Magnani Júnior relatou que viu uma decisão liminar da juíza suspendendo tudo naquela região: venda, negociação, publicidade; mandando cadastrar todos os invasores, impedir a entrada de outros, fazer o projeto ambiental de recuperação do que foi danificado. Afirmou que agora, querendo ou não, o empreendedor será forçado a tomar uma posição e aquilo terá uma solução. Registrou que o vereador Nélio tem toda razão quanto à anistia, pois em Nova Lima são obrigados a construir no fundo da casa dos pais porque os monopólios das terras não dão opção de terrenos para a população, principalmente a da sede. Indagou como vão aprovar projetos se não têm o mínimo de terrenos. O vereador Renato Faria Silva disse que aconteceu um fato absurdo por parte do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico. Contou que existe uma ocupação irregular na Fazenda do Benito, invasões no antigo terreno que o Mosquitinho vendeu para algumas pessoas, outros invadiram e alguns moram no local há mais de noventa anos, onde pessoas humildes construíram barracos. Relatou que, hoje, o Silvânio mandou uma de suas assessoras ir com a Polícia Militar e a Guarda Municipal invadir e retirar a cerca dos ocupantes. Falou que compareceu no local e viu a prefeitura com a polícia na porta dos outros, humilhando as pessoas sem mandado de reintegração de posse; lembrou que aquilo está na justiça há um tempão. Esclareceu que reintegração de posse é feita pelo oficial de justiça e não por secretário. Registrou que não estão no estado de exceção, onde o Estado chega à porta das pessoas com polícia e manda sair porque o terreno é público. Explicou que não funciona assim,



pois quem pode fazer isto é o judiciário, o papel do Executivo é zelar. O vereador José Guedes indagou o que tem a ver Silvânio, Secretário de Desenvolvimento, com terreno. O vereador Renato esclareceu: “Dizem que o terreno está sendo doado para um empresário, estou achando esquisito, doação tem que passar pela Câmara a não ser que querem fazer diferente agora. Está tudo ilegal e a função do vereador é discutir a legalidade do ato do poder público. Se existe uma ilegalidade anterior, a ocupação irregular, não se corrige uma ilegalidade com outra, não se arranca as pessoas com trator e polícia, sem mandado, a ordem tem que ser judicial. Muita gente em Nova Lima esqueceu que nós estamos no Estado Democrático de Direito, onde as coisas funcionam de acordo com a legislação, não pode ser a vontade pessoal de um secretário, isso tudo é em função dessa falta de negócio entre os pequenos em Nova Lima por causa dos ‘habite-se’. Dizer que aquele terreno foi invadido é outra discussão com a justiça, não é da nossa conta, o sujeito de boa fé que comprou o pedacinho de terra e construiu seu barraco, está lá de boa fé, não pode ter polícia na porta dele. Outras discussões se fazem em outras esferas, mas esta é um absurdo. Com certeza, o prefeito não apóia esse tipo de coisa, eu conheço a origem de Carlinhos e o que ele pensa dos desfavorecidos. Isso foi uma atitude irresponsável de um secretário que teve coragem de ligar para este vereador e discutir; levou os palavrões que merecia na cara porque todo mundo me conhece e sabe que sou assim. Ele não vai me chamar a atenção, se o povo me chamar a atenção, aceito vaia, aplauso, opinião e tudo do povo, jamais vou xingar o povo por me vaiar por algumas posições políticas porque ao povo devo satisfação, mas secretário vai dar ordem nas negas dele, em mim não. Estou reafirmando que habitação em Nova Lima é uma questão crônica. Uma sugestão, há um tempo, eu e o Ailton íamos fazer um projeto



para dar anistia para essas construções, falaram que não pode ser de iniciativa do vereador e que os outros vereadores brigariam e ficariam com ciúme. Vamos tentar fazer uma ação dos dez vereadores e a população recebe o benefício”. O vereador Cássio Magnani Júnior recordou que é de autoria dele e do vereador Nélio uma lei municipal que reconhece as ocupações com mais de dois anos dentro de Nova Lima para efeitos, inclusive, de Copasa e Cemig. O vereador Nélio lembrou que aprovaram e o Dr. Átila deu uma liminar que obriga a Copasa a ligar água para qualquer pessoa, independente de estar em área invadida porque água e luz são necessárias para a sobrevivência humana. O vereador Marcelino Antônio Edwirges relatou que a Copasa não está respeitando. Contou que entraram na justiça com cópia da lei porque a Copasa não está fazendo as ligações, alegando que está atendendo pedido da prefeitura. O vereador Nélio solicitou aos vereadores que façam uma reflexão para verem como vão tratar a anistia. Registrou: “Queria que os jornalistas em Nova Lima procurassem mudar a história do país ajudando a escrever, não precisa falar em nome de Nélio. Hoje estava vendo TV Senado, é brincadeira, senador, filho do ministro das minas e energia, dirigindo uma reunião e nunca teve um voto. Tem vinte e dois senadores que não foram votados e estão no Senado por oito anos. Falam em reforma política, mas a primeira coisa para fazer uma reforma política é passar o mandato dos senadores para quatro anos e não deixar parente ser suplente, isso tem que ser para todos, não só aqui em baixo. Falo para a imprensa de Nova Lima porque somente assim, com todo mundo batendo, é que vai surgir algo bom na reforma política. A pessoa com noventa anos candidata a senador, põe o filho como suplente, depois morre e o filho assume. Falo aos jornalistas que escrevem para Nova Lima, procurem fazer uma campanha para ajudar



porque isso é a vergonha da política do Brasil. E o pior: ninguém fala em tirar quatro anos deles, eles querem oito anos e, ainda, o filho, a mulher ou o genro, tudo no senado. Assisto TV Senado e TV Câmara, tem vinte e dois senadores que não tiveram votos e são parentes, isso é brincadeira”. Informou que a Lei nº 2.217/2011, que “Determina a instalação de limitadores de abertura em janelas de ônibus, vans e veículos de transporte coletivo escolar de crianças e adolescentes” foi aprovada pela Câmara e sancionada no dia dezenove de julho de dois mil e onze. Lembrou que a lei determina um prazo de noventa dias para o Executivo tomar providências e, hoje, venceu este prazo. Relatou: “Eu vinha na Rua Albertina Lopes Guimarães, tinha uma van com dois meninos com a cabeça para fora e nada fizeram com relação à lei; é só pôr uma gradinha senão vai morrer mais gente e vão falar que a Câmara não fez seu papel. Ela fez, todos votaram, nada foi feito e o prazo está vencendo hoje. Dois meninos com a cabeça para fora no mesmo lugar, com os postes beirando a rua, escreve, vai acontecer outra morte. É obrigação de uma secretaria, que não vou falar o nome, fazer isto. Perder um filho como essa mãe e esse pai perderam não é brincadeira, apenas o coração deles sabe, e por uma coisa banal. Tivemos problemas nesse projeto das vans, mas o principal foi alcançado, não pôr a cabeça para fora. Passaram noventa dias e não fizeram isso”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente reassumiu a presidência, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_